USUCAPIÃO DE TERRAS PÚBLICAS PARA FINS DE MORADIA: ANÁLISE DE CASO DA COMUNIDADE "RAÍZES DA PRAIA" A PARTIR DA ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR

AUTORES: Mariana Cabó de Oliveira (Autor), Jacqueline Alves Soares (Orientador), Camila Figueiredo Oliveira Gonçalves (Orientador), Natalia Martinuzzi Castilho (Orientador)

PALAVRAS-CHAVE: Usucapião, bens públicos, função social da propriedade e direito à moradia.

RESUMO:
O presente trabalho visa discutir e apresentar resultados de projeto de extensão em assessoria jurídica popular universitária que busca regularizar a posse de térreo ocupada desde o ano de 2009 por 85 famílias para fins de moradia. Depara-se com o desafio de encontrar solução jurídica para a regularização de porção da ocupação situada em área pública, uma vez que, diante da importância do acervo patrimonial do Estado, é vedada expressamente a usucapião de bem público, cabendo tal ação apenas para porção privada. No entanto, é preciso refletir acerca dos novos contornos do direito de propriedade, inclusive sobre suas formas originárias de aquisição, a exemplo da usucapião, uma vez que toda e qualquer propriedade deve exercer uma função social. Nesse contexto, questiona-se a propriedade de bens públicos por parte do Estado sem destinação social uma vez que o patrimônio afetado aos entes públicos presta-se, prioritariamente, a permitir que sejam desenvolvidas ações por intermédio de seus agentes, bem como a viabilizar a implementação de políticas públicas. Considerando o exposto, o presente trabalho objetiva analisar as possibilidades de, em face da função social da propriedade garantida constitucionalmente, estender-se a utilização do instituto da usucapião em terras públicas. Metodologicamente, a pesquisa será desenvolvida a partir das atividades do Projeto de Responsabilidade Social "Promovendo a Inclusão à Cidadania e à Justiça Socioambiental do Litoral Leste de Fortaleza", desenvolvido pelo Escritório de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica Popular e Educação Ambiental do Centro Universitário Christus na Comunidade Raízes da Praia. A pesquisa será de cunho qualitativo, utilizando-se estudo de caso, pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial. Pretende-se com seus resultados, promover uma reflexão sobre a efetivação de direitos sociais a partir da moderna abordagem do Direito Civil e Constitucional, bem como garantir resposta concreta à problemática.

Instituição de Ensino: Outras Instituições

ISBN: 978-85-93416-00-2